



TÉCNICO EM
COOPERATIVISMO

Direito Tributário e Previdenciário



PROFESSOR: EDER FABENI
CONTEÚDO: RESOLUÇÃO DE
QUESTÕES
DATA: 10.10.2018

REVISÃO

01 - A repartição é uma obrigação constitucional, em que o Ente federado que receber mais, repassa parte ao que recebe menos, são os fundos de participação chamados de:

- a) FPP e FPU.
- b) FPE e FPI.
- c) FPM e FPP.
- d) FPU e FPE.
- e) FPE e FPM

E

02 - É o poder que o Estado (Nação politicamente organizada) possui de criar tributos e exigir-los das pessoas que se encontram em sua soberania nacional:

- a) Pode político.
- b) Poder de polícia.
- c) Poder extraordinário
- d) Poder extraordinário.
- e) Poder Fiscal

E

03 - A competência _____ refere-se aos tributos chamados vinculados, ou seja, taxas e contribuições de melhoria, que por sua natureza são oriundos de atividades do Estado. Diz-se competência _____ em virtude de poder ser exercida pelas quatro pessoas jurídicas de direito público, União, Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

- a) Competência privativa.
- b) Competência comum
- c) Competência extraordinária.
- d) Competência residual.
- e) Competência especial.

B

4 – Quais são as espécies de tributos existentes, exceto:

- a) Dividendos.
- b) Taxas.
- c) Contribuições de Melhoria.
- d) Impostos.
- e) Contribuições Especiais.

A

5 – Dentro as contribuições especiais, podemos citar, exceto:

- a) IPTU e IPVA
- b) Contribuição de Intervenção no domínio econômico.
- c) CIDE.
- d) Contribuições sociais.
- e) Contribuições de interesse das categorias econômicas.

A

06 – Despesas extraordinárias tais como: calamidades públicas, guerra ou sua eminencia, investimentos públicos de interesse nacional, são situações que caracterizam a instituição de qual tributo?

- a) Impostos.
- b) Contribuições de melhoria.
- c) Taxas.
- d) Empréstimo compulsório.
- e) Contribuições especiais.

D

07 - A Constituição Federal assegura que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” (art. 5º, II). O texto em questão retrata o princípio da:

- a) Competência.
- b) Não vedação ao confisco.
- c) Uniformidade geográfica.
- d) Anterioridade de exercício.
- e) Legalidade.

E

08 – A Contribuição de intervenção do domínio econômico, serve a atuação do governo federal no mercado, influindo na oferta de bens e serviços, conforme o interesse público, ou seja, visa defender o interesse dos cidadãos, face aos abusos da iniciativa privada. O texto acima refere-se a:

- a) IPI.
- b) IRPF.
- c) ITR.
- d) ICMS.
- e) CIDE

E

09 - _____ poderão instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, sendo facultada a cobrança na conta de energia elétrica.

- a) Municípios e União.
- b) Municípios e Estados.
- c) União e Municípios.
- d) Estados e União;
- e) Municípios e DF.

E

10 – Dentre os princípios do direito tributários, podemos destacar, exceto:

- a) Princípio da veracidade ou unidade.
- b) Princípio da Legalidade.
- c) Princípio da igualdade ou isonomia.
- d) Princípio da anterioridade de exercício e nonagesimal.
- e) Princípio da competência, vedação ao confisco e uniformidade geográfica.

A

11 - É uma relação jurídica, de caráter transitório, estabelecida entre devedor e credor e cujo objeto consiste numa prestação pessoal econômica, positiva ou negativa, devida pelo primeiro ao segundo, garantindo-lhe o adimplemento através do seu patrimônio". Ao texto acima, refere-se a:

- a) Obrigação tributária.
- b) Capacidade tributária.
- c) Competência tributária.
- d) Tributos.
- e) Contribuições sociais.

A

12 - “Art. 119. _____ da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.” _____ é a pessoa obrigada a pagar tributo ou multa tributária. Referem-se respectivamente a:

- a) Sujeito e co-sujeito.
- b) Credor e devedor.
- c) Sujeito passivo e sujeito ativo.
- d) Sujeito ativo e sujeito passivo.
- e) Sujeito credor e sujeito devedor.

D

13 – Quais os princípios do Direito tributário?

R- Princípios da: Legalidade, anterioridade de exercício, igualdade ou isonomia, competência, uniformidade geográfica, anterioridade nonagesimal, vedação do confisco, liberdade de tráfego, NON OLET.

14 – O que é sujeito ativo e sujeito passivo?

R- Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.” Regra geral é sujeito ativo aquele que detém a competência tributária (capacidade de instituir o tributo).

Sujeito Passivo é a pessoa obrigada a pagar tributo ou multa tributária.

15 – O que é uma Taxa?

- CF – Art. 145, II - **taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;**

16 – O que são Impostos?

- CTN - Art. 16. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.